

# BOLETIM INFORMATIVO

cao.execucaopenal@mpmt.mp.br



CAO DA EXECUÇÃO PENAL

# SUMÁRIO

2025

- 01** NOTÍCIAS
- 02** CONSELHOS NACIONAIS
- 03** PLANO PENA JUSTA
- 04** MATERIAL DE APOIO
- 05** GRUPO NACIONAL DE EXECUÇÃO PENAL - GNEP
- 06** ALTERNATIVAS PENAIS
- 07** PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- 08** INFORMATIVOS



# EQUIPE

**Josane Fátima de Carvalho Guariente**  
Procuradora de Justiça e Coordenadora

**Roberto Arroio Farinazzo Júnior**  
Promotor de Justiça e Coordenador-  
Adjunto

**Arivaldo Guimarães da Costa Júnior**  
Promotor de Justiça Colaborador

**Leoni Carvalho Neto**  
Promotor de Justiça Colaborador

**Vitória Harumi Pinheiro Yoshida**  
Auxiliar Ministerial

**Amanda Freire de Amorim**  
Assistente Ministerial e Psicóloga

**Josemara Ferreira do Amarante**  
Policial Penal

**Rafaela Leandro da Silva**  
Voluntária

# 01. Notícias



Mato Grosso tem 4.062 presos trabalhando em atividades internas e extramuros. [Clique aqui.](#)



Lewandowski destaca relevância social dos trabalhadores do sistema penitenciário em workshop. [Clique aqui](#)



SENAPPEN divulga Levantamento de Informações Penitenciárias referente ao primeiro semestre de 2025. [Clique aqui](#)



Corregedoria prevê concluir expansão do Sistema de Reconhecimento Facial remoto até dezembro de 2025. [Clique aqui](#)



Sejus e parceiros já qualificaram 1.622 reeducandos de MT em cursos profissionalizantes em 2025. [Clique aqui](#)



Desafios e boas práticas da execução penal são abordadas por juiz em capacitação da Justiça Federal. [Clique aqui](#)



Reunião do Grupo Especializado em Assuntos Penitenciários do Mercosul reúne autoridades dos países membros [Clique aqui](#)



Grupo de Fiscalização do Sistema Carcerário vistoria penitenciária e cumpre agenda em Sinop [Clique aqui](#)



Mato Grosso tem quase 27% de reeducandos do regime fechado trabalhando dentro e fora de presídios [Clique aqui](#)



Nova unidade prisional na região Leste está com 73% das obras concluídas. [Clique aqui](#)



Projeto leva atendimento psicológico para custodiados em Araputanga. [Clique aqui](#)





Unidade prisional de Paranatinga cria cursinho preparatório para Enem 2025. [Clique aqui](#)



TCE-MT realiza visita técnica em empresa responsável pela alimentação do sistema prisional de Cuiabá. [Clique aqui](#)



Projeto promove atendimentos ginecológicos a mulheres privadas de liberdade. [Clique aqui](#)



Sejus realiza 13,5 mil consultas de telemedicina para reeducandos no estado. [Clique aqui](#)

---

## *Panorama Legislativo da Execução Penal no Congresso Nacional*

---



'CSP vota permissão para estados legislarem sobre cumprimento de pena. [Clique aqui](#)



Comissão aprova projeto que define trabalho na prisão como condição para liberdade provisória. [Clique aqui](#)



Projeto proíbe progressão de pena para condenados por crimes hediondos. [Clique aqui](#)



Políticos e pesquisadores divergem sobre separar presos ligados a facções em presídios. [Clique aqui](#)



Projeto torna mais rígidas as regras de progressão de regime para condenados por feminicídio. [Clique aqui](#)



Comissão aprova projeto que dificulta a progressão de regime de condenados por feminicídio. [Clique aqui](#)



## *02. Conselhos Nacionais*

# Conselho Nacional de Justiça



### CNJ CRIA FERRAMENTA PARA FACILITAR CERTIFICAÇÃO DE DADOS DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou a implementação do novo Serviço de Autenticação Cadastral (Seac), desenvolvido para agilizar a certificação de dados de pessoas privadas de liberdade e facilitar a emissão de documentos para esse público.

[Clique aqui para saber mais!](#)

### PRESIDENTE DO CNJ AVALIA CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE EM PRISÓDIO.

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, esteve em João Pessoa (PB) na segunda-feira (20/10) para uma série de iniciativas ligadas ao plano Pena Justa, estratégia nacional coordenada pelo CNJ e parceiros institucionais para reverter a situação inconstitucional das prisões brasileiras até 2027.

[Clique aqui para saber mais!](#)



### CNJ LANÇA MUTIRÃO NACIONAL QUE CRIARÁ "HABITE-SE" PARA PRISÕES

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, lançou na segunda-feira (20/10) o 1º Mutirão Nacional de Habitabilidade, força-tarefa para avaliar as condições físicas e sanitárias das unidades penais.

[Clique aqui para saber mais!](#)



# Conselho Nacional do Ministério Pùblico

INTERESSADOS JÁ PODEM SE INSCREVER NO ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Evento, realizado pelo CNMP, acontece [nos dias 4 e 5 de dezembro; inscrições vão até 3 de dezembro](#)



## Encontro Nacional do MINISTÉRIO PÙBLICO

No Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

O evento ocorrerá de forma presencial, com transmissão ao vivo pelo canal do CNMP no YouTube, e terá como um dos destaques a cerimônia de entrega dos troféus e certificados do Banco de Boas Práticas da CSP - 2025.

A iniciativa é da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) e é destinada a membros, servidores e estagiários do Ministério Pùblico, além de integrantes de outros órgãos dos sistemas de Justiça e de Segurança Pública. As inscrições devem ser feitas pelo Sistema de Eventos do CNMP.

A programação do primeiro dia terá início com a solenidade de abertura e uma palestra sobre as obrigações processuais penais positivas e sua importância para a realização de investigações céleres e eficazes. À tarde, o debate se volta ao controle do uso da força por agentes de segurança pública, seguido da discussão sobre os instrumentos de tutela coletiva da segurança pública e o papel dos observatórios de controle externo da atividade policial.

No segundo dia, as atividades começam com o [Painel do Grupo Nacional de Execução Penal \(GNEP\), que abordará a Central de Regulação de Vagas \(CRV\) - Pena Justa](#), e seguirá com o Painel do Grupo Nacional de Controle Externo da Atividade Policial (GNCEAP), centrado no Protocolo de Atuação sobre Letalidade e Vitimização Policial.



[Clique aqui para saber mais!](#)

# 03. Plano Pena Justa

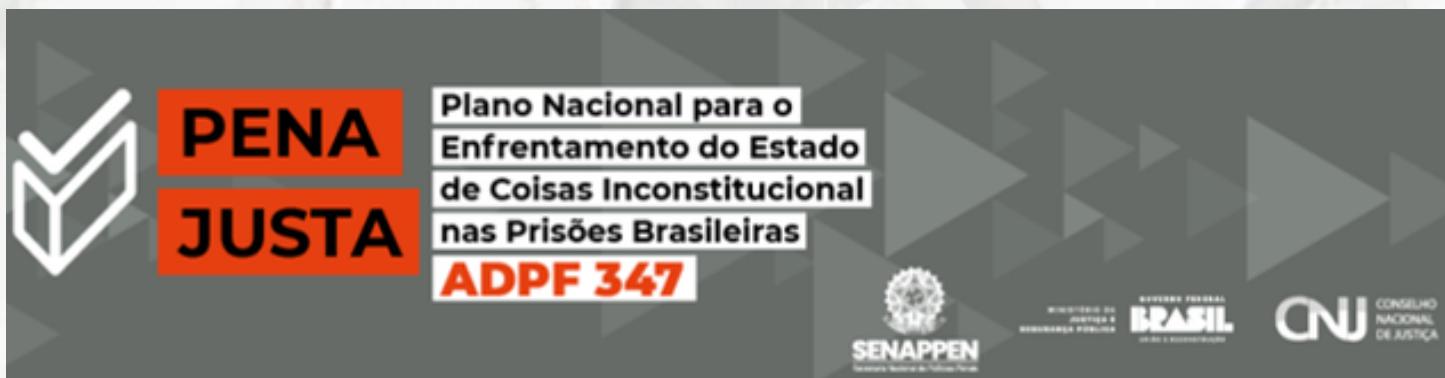
## Plano Pena Justa - Plano Nacional Para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras - ADPF 347

A elaboração de um plano nacional para o enfrentamento do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras – Pena Justa – foi uma das determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) ao concluir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 (ADPF 347) em outubro de 2023.

As premissas que orientam a elaboração do plano resultam de debate amadurecido ao longo de décadas pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Em diferentes momentos, verificou-se que a violação de direitos tem efeitos para além da vida das pessoas apenadas e favorece a formação e expansão de organizações criminosas.

E que ao negligenciar políticas de cidadania a esse público, contribui-se com a reincidência. Este plano propõe um sistema prisional que contribua para a segurança, realizada pela satisfação de direitos humanos e fundamentais de cada brasileiro e cada brasileira, favorecendo o desenvolvimento nacional em um sentido mais amplo.

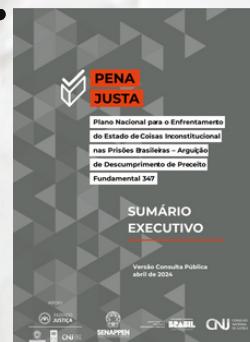
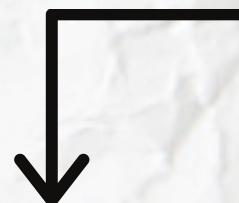
[Clique aqui para ler a Decisão do STF ADPF 347](#)



[Clique aqui para acessar o informativo Pena Justa](#)



[Clique aqui para acessar Sumário Executivo](#)



# Cronograma

## Etapas 2024

Fevereiro	Março	Abril	<th>Junho</th> <th>Julho</th>	Junho	Julho
Preparação diálogos institucionais, consulta pública, audiência pública e outras interlocuções	Interlocução institucional com órgãos do Executivo  Interlocução institucional com órgãos do Sistema de Justiça  Reuniões técnicas com pontos focais do Executivo	Consulta Pública  Diálogos com o acadêmicos e especialistas  Sistematização das contribuições	Oficinas de Engajamento com responsáveis técnicos das diversas pastas	Diálogos com o Supremo Tribunal Federal  Sistematização das contribuições	Entrega do Pena Justa ao STF para homologação
			Diálogos com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos		
			Audiência Pública em Brasília		
			Sistematização das contribuições		

## Entre 2024 e 2025 – médio prazo

STF valida plano nacional

Planos estaduais e distrital são apresentados ao STF seis meses após validação do Plano Nacional, com cronograma de atividades definido

## A partir de 2027 – longo prazo

Concluída implementação do plano nacional três anos após validação do plano pelo STF

Concluída implementação dos planos estaduais e distrital três anos após validação dos planos pelo STF



## AÇÕES PARA TRABALHO DECENTE E CONTROLE DA LOTAÇÃO PRISIONAL TÊM PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DO CNJ

Em missão na Paraíba, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, lançou o primeiro Emprega Lab do país, estratégia do plano Pena Justa voltada à promoção do trabalho decente para pessoas privadas de liberdade e egressas. Atualmente, sete em cada dez pessoas presas no Brasil não trabalham e, entre as que trabalham, quase metade não recebe remuneração.

[Clique aqui para saber mais!](#)



## ESTADOS E DF INICIAM IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS LOCAIS DO PENA JUSTA

O início da execução do plano Pena Justa nas 27 unidades da federação foi o tema do quinto encontro on-line dos Comitês de Políticas Penais, realizado na quinta-feira (30/10), com mais de 250 participantes. A principal pauta do encontro organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senapp/MJSP) foi o orçamento necessário para execução do plano, com a perspectiva de que os recursos destinados à administração penitenciária e às políticas penais sejam reconhecidos como parte do orçamento da segurança pública.

[Clique aqui para saber mais!](#)

## BRASIL APRESENTA PLANO NACIONAL PENA JUSTA DURANTE REUNIÃO NA GUATEMALA

Evento internacional aprova 28 recomendações para transformar os sistemas prisionais das Américas, com foco na dignidade humana, reintegração social e fortalecimento da segurança pública

Representantes dos estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) adotaram uma série de recomendações voltadas para a melhoria das práticas nos sistemas prisionais de diversos países durante a Quinta Reunião de Autoridades Responsáveis pelas Políticas Penitenciárias e Prisionais dos Estados Membros da OEA, realizada nos dias 21 e 22 de outubro, em Antígua, Guatemala. O Brasil esteve representado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).

[Clique aqui para saber mais!](#)





# 04. Material de Apoio

## OFICINA DE METODOLOGIA DE MOBILIZAÇÃO DE PESSOAS PRÉ-EGRESSAS QUALIFICA ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS UNIDADES PRISIONAIS

Iniciativa capacitou mais de mil profissionais que atuam na reintegração social, orientando a aplicação de planos de saída individualizados para pessoas privadas de liberdade



A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) promoveu, entre os dias 7 e 9 de outubro, a Oficina de Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas, reunindo mais de mil profissionais das equipes multidisciplinares que atuam nas unidades prisionais e nos serviços especializados de atenção à pessoa egressa.

A oficina online teve como referência o [Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas](#), documento que orienta a construção de planos de saída individualizados, com foco na autonomia, cidadania e dignidade das pessoas privadas de liberdade. A capacitação foi estruturada em seis módulos temáticos, que abordaram desde os fundamentos legais e políticos que sustentam a metodologia, até os aspectos práticos de sua implementação.

Os três dias de evento estão disponíveis no canal da [SENAPPEN no YouTube](#), permitindo que mais pessoas tenham acesso ao conteúdo e às discussões promovidas durante a capacitação.



[Clique aqui para saber mais!](#)

**RBEP**  
Revista Brasileira  
de Execução Penal

**30/12/2025 | PRAZO PARA SUBMISSÃO**

**Composição de Dossiê  
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE  
SOCIAL NA EXECUÇÃO PENAL**

*Podem ser submetidos Artigos e Relatos de experiências alinhados aos seguintes eixos:*

- a) conselhos da comunidade e conselhos penitenciários;
- b) monitoramento e fiscalização da Execução Penal;
- c) transparência e acesso à informação;
- d) educação, cidadania e conscientização;
- e) pesquisa e produção de conhecimento; e
- f) comunicação, interlocução e mediação social

Mais informações: Envie email para [rbeprj@mj.gov.br](mailto:rbeprj@mj.gov.br) ou ligue em horário comercial para (61) 3770.5049

**ESPIN** **SENAAPPEN** **GOVERNO DO BRASIL**

**QR Code**

## Participação, controle social e comunicação na promoção da transparência da execução penal são os temas do novo dossiê da RBEP

Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAAPPEN) anuncia a abertura de chamamento público para a composição de dossiê temática intitulado “Participação e controle social na execução penal”, que será publicado pela Revista Brasileira de Execução Penal (RBEP) no primeiro semestre de 2026. A iniciativa tem como objetivo reunir artigos e relatos de experiências que abordem temas relacionados à atuação dos diversos profissionais do sistema penitenciário brasileiro.

O prazo para o envio dos manuscritos encerra-se em 30 de dezembro de 2025.

### Sobre a RBEP

A Revista Brasileira de Execução Penal (RBEP) é o periódico técnico-científico da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAAPPEN), com o propósito de fomentar a análise crítica e o avanço do conhecimento na esfera da execução penal. Com um corpo editorial renomado e contribuições de especialistas de diversas áreas, a RBEP é uma fonte essencial para acadêmicos, pesquisadores, profissionais e demais interessados no tema.

[Clique aqui para saber mais!](#)



# 05. Grupo Nacional de Execução Penal - GNEP

O Grupo Nacional de Execução Penal (GNEP) é órgão do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), criado por meio de deliberação na III Reunião Ordinária, realizada em 15/02/2023, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília/DF, e composto por representantes dos Ministérios Públicos dos Estados, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar.

A Missão do GNEP é impulsionar o diálogo das unidades e ramos do Ministério Público brasileiro, inclusive com os demais atores da sociedade, a fim de promover a efetividade da aplicação da lei, garantindo o cumprimento das penas e os direitos dos indivíduos afetados por ela. Dentre os seus primados, destaca-se a utilização de estratégias de comunicação com vistas à difusão do conhecimento e ao fortalecimento da imagem institucional.



# 06. Alternativas Penais

## **Termo de Cooperação Técnica nº 0458/2021**



O Termo de Cooperação Técnica nº 0458/2021 foi celebrado entre o Governo do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça.

O acordo tem como objetivo central instituir, implementar e fortalecer a Política de Alternativas Penais no Estado, promovendo medidas que visam à redução do encarceramento, à efetivação da justiça restaurativa e à reintegração social das pessoas em cumprimento de pena.

### **Comitê Gestor**

A execução do termo é acompanhada por um Comitê Gestor Interinstitucional, composto por representantes das instituições signatárias. Esse comitê tem a responsabilidade de alinhar estratégias, avaliar resultados e propor melhorias na política de alternativas penais.

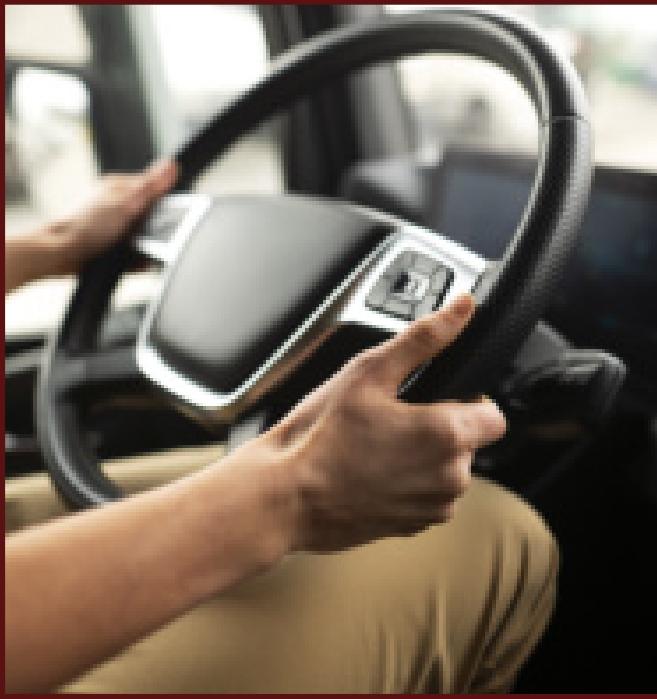
No âmbito do Ministério Público, o acompanhamento é realizado pelo Centro de Apoio Operacional da Execução Penal (CAOEXP), sob a gestão da procuradora de Justiça Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente, coordenadora do CAO, e o promotor de Justiça Dr. Roberto Arroio Farinazzo Júnior, coordenador adjunto.

A **Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP)** tem papel estratégico neste processo, funcionando como espaço de articulação e monitoramento das medidas aplicadas, como a prestação de serviços à comunidade, restrição de direitos e outras sanções previstas em lei. O modelo busca garantir uma intervenção penal mínima, com foco na reintegração social, educativa e produtiva das pessoas em cumprimento de pena.

A CIAP conta com equipe multiprofissional e oferece acolhimento humanizado, atendimentos individuais, visitas institucionais e acompanhamento próximo da execução das medidas impostas pelo Judiciário.

Atualmente, a CIAP de Cuiabá está localizada na Rua Cel. Peixoto, 85 - Bandeirantes, Cuiabá/MT, 78010-100.





## CONDENADO PODE CUMPRIR DOMICILIAR E TRABALHAR COMO MOTORISTA DE APLICATIVO

O juiz Bruno Rodrigues Pinto, da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro, acolheu o pedido de um preso para ficar em prisão domiciliar a fim de executar trabalho externo como motorista de aplicativo. Para isso, o apenado terá de seguir uma série de regras.

Entre as determinações, o homem precisará se recolher em casa das 21h às 5h, o que dará tempo para ele fazer as corridas ao longo do dia, e utilizar o monitoramento eletrônico. Esse último ponto, segundo o julgador, é suficiente para “a fiscalização do cumprimento da pena em regime aberto na modalidade domiciliar” e “permite a verificação contínua do recolhimento do apenado”.

[Clique aqui para saber mais!](#)

## SENAPPEN PARTICIPA DE REUNIÃO NA EMBAIXADA DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) participou, no dia 11 de novembro, de uma reunião na Embaixada da República Islâmica do Irã. O encontro diplomático tem o objetivo de apresentar as práticas relacionadas à aplicação de penas alternativas e os métodos de monitoramento da execução penal brasileira.

Na ocasião, a equipe da SENAPPEN apresentou as políticas públicas e as experiências brasileiras na implementação de penas alternativas ao encarceramento, incluindo o uso da monitoração eletrônica como ferramenta de acompanhamento e responsabilização.

[Clique aqui para saber mais!](#)



## CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS É DESTAQUE EM REUNIÃO TÉCNICA SOBRE GESTÃO EFICIENTE DO SISTEMA PRISIONAL

SENAPPEN e CNJ debatem implantação das CRVs nos estados e definem metas para envio dos Planos de Trabalho até novembro de 2025

A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizou no dia 8 de outubro, a 4ª Reunião Técnica da Central de Regulação de Vagas (CRV).

Durante a reunião, a diretora de Cidadania e Alternativas Penais da SENAPPEN, Mayesse Parizi, ressaltou a importância da implantação das CRVs nos estados, estruturadas com serviços e equipes técnicas especializada

[Clique aqui para saber mais!](#)



## Central de Regulação de Vagas

4ª Reunião técnica: Operação da CRV

# *Projeto Reconstruindo Sonhos*

## LOGO DO PROJETO E O SEU SIGNIFICADO



A logo do Reconstruindo Sonhos foi idealizada percebendo os elementos, premissas e ideais do projeto, que busca fortalecer a reinserção social dos reeducandos e a redução da reincidência criminal, por meio da qualificação, habilitação para o mercado de trabalho e ampliação da compreensão do sentido da vida.

A escolha das cores centrais representam a diversidade e pluralidade de gêneros.

No centro, as cores em amarelo e laranja remetem a chama, a esperança, a luz da vida. Ao mesmo tempo que também passa a ideia de movimento e ação de humanos, - ação e atitude.



Chama



Pessoas  
em ação



Meia Lua - Sonhos



Movimento

## **3º PRÊMIO DIMAS**

No dia 19 de novembro de 2025, às 17h, a sede das Promotorias de Justiça da capital foi palco do **3º Prêmio Dimas**, evento promovido pelo Centro de Apoio Operacional da Execução Penal. A iniciativa homenageou parceiros, multiplicadores, voluntários, unidades prisionais e apoiadores que se destacaram no Projeto Reconstruindo Sonhos ao longo de 2025.



Desde seu lançamento, em setembro de 2021, o projeto Reconstruindo Sonhos tem promovido ações de ressocialização em unidades prisionais de Mato Grosso, com duas etapas principais: encontros reflexivos sobre valores e sentido da vida, seguidos de cursos profissionalizantes. Em 2025, os números confirmam o impacto positivo.

Coordenado pelo MPMT, o projeto conta com parceria do Governo do Estado – por meio da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT), Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPMT), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT), Fundação Nova Chance (Funac), Instituto Ação Pela Paz, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Conselho da Comunidade de Execução Penal de Cuiabá e Nova Acrópole Cuiabá. Além dos parceiros formalizados pelo Termo de Cooperação Técnica nº4/2021, o projeto ainda conta com outras instituições que têm contribuído como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/MT), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/MT) e a Banca Central de Cuiabá.



# 3º PRÊMIO DIMAS

## RESULTADOS

Os dados revelam que 680 pessoas já participaram do projeto, sendo que 422 concluíram as duas fases. Desses, 51% dos participantes nunca haviam integrado qualquer iniciativa no sistema prisional, mostrando que o projeto alcança quem mais precisa. E 99% dos reeducandos recomendam o projeto para outros. Além disso, o índice de reincidência entre os participantes é de 14%, muito abaixo da média nacional de 38,9%, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

Os relatos finais revelaram ganhos significativos em autoestima, virtudes e relações interpessoais. A homenagem prestada durante a cerimônia simbolizou o reconhecimento às instituições e empresas que acreditaram na proposta desde o início. Assim como a história de Dimas inspira reflexão e transformação, o projeto alcança resultados expressivos: 86% das participantes não retornaram ao sistema prisional após sua conclusão, consolidando o Reconstruindo Sonhos como uma ação de impacto real e duradouro.



# *Alguns relatos dos reeducandos*

*Muito motivado. O projeto veio a calhar neste momento. Estou prestes a entrar na progressão de regime e me serviu como um feedback, além de me incentivar muito a cada encontro, a cada tema discutido. Muito grato a todos. Criar um espaço para nós quando retornarmos à sociedade, para expressar o quanto o projeto nos ajudou.*

## Centro de Ressocialização de Cuiabá



*Tenho sentido cada vez melhor, pois sinto e também acredito estar sendo amparado e não mais abandonado só para pagar pena e eu acredito que fará muita diferença na minha vida, pois estarei tendo auxílio. Muito obrigada.*

## Cadeia Pública de Colniza

*Motivada por sair daqui, trabalhar, ser uma pessoa mudada, deixar as mágoas para trás. As cicatrizes dessa vida só vão ser para lembrar de não cometer o mesmo erro. Sair, cuidar dos meus filhos, da minha família e da minha vida profissional.*

## Cadeia Pública Fem. de Rondonópolis



*Muito feliz e cada dia mais incentivado a viver outra vida totalmente diferente de antes. Só mesmo agradecer pela oportunidade de poder aprender e reconstruir minha vida junto com minha esposa e meus filhos. Obrigado pela oportunidade.*

## Cadeia Pública de Alto Araguaia



## PROJETO “RECONSTRUINDO SONHOS” INICIA 3ª TURMA NA CADEIA PÚBLICA FEMININA DE NOVA XAVANTINA

No dia 14 de novembro de 2025, teve início a 3ª turma do projeto Reconstruindo Sonhos na Cadeia Pública Feminina de Nova Xavantina, iniciativa que busca promover ressocialização, capacitação e novas perspectivas de vida para as mulheres privadas de liberdade. Com mais uma etapa em andamento, o projeto reforça o compromisso de oferecer oportunidades concretas de transformação e reintegração social às participantes.



### PRÊMIO DIMAS RECONHECE 160 HOMENAGEADOS E REFORÇA JUSTIÇA HUMANIZADA

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) realizou, na quarta-feira (19/11), na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá, a 3ª edição do Prêmio Dimas, iniciativa que reconhece instituições, voluntários e servidores que contribuíram para o projeto Reconstruindo Sonhos ao longo de 2025. A cerimônia reuniu autoridades, parceiros e apoiadores em um momento de celebração e reafirmação do compromisso com uma execução penal humanizada e transformadora.

[Clique aqui para saber mais!](#)



### TJMT É HOMENAGEADO COM O “PRÊMIO DIMAS” POR COOPERAÇÃO EM PROJETOS DE RESSOCIALIZAÇÃO

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) foi agraciado com o Prêmio Dimas em sua 3ª edição, realizado na noite de quarta-feira (19/11). A honraria foi entregue ao desembargador Jorge Luiz Tadeu Rodrigues em reconhecimento à atuação essencial do Judiciário no Projeto “Reconstruindo Sonhos”, coordenado pelo Ministério Público do Estado (MPMT). A premiação celebra instituições e parceiros engajados na ressocialização de pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais.

[Clique aqui para saber mais!](#)



## SEJUS RECEBE PREMIAÇÃO EM RECONHECIMENTO A AÇÕES VOLTADAS À RESSOCIALIZAÇÃO DE REEDUCANDOS

A Secretaria de Estado de Justiça (Sejus-MT), participou na quarta-feira (19.11), da 3ª edição do "Prêmio Dimas". Organizada pelo Ministério Público de Mato Grosso, por meio do Centro de Apoio Operacional da Execução Penal, a premiação reconhece o trabalho de instituições, voluntários, servidores e integrantes que contribuíram com o projeto 'Reconstruindo Sonhos' ao longo de 2025 e promoveram ações voltadas à ressocialização de pessoas privadas de liberdade.

[Clique aqui para saber mais!](#)

## SENAI MT RECEBE PELA SEGUNDA VEZ O PRÊMIO DIMAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO POR COMPROMISSO COM A RESSOCIALIZAÇÃO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Mato Grosso (Senai MT) foi reconhecido, pela segunda vez, com o Prêmio Dimas, concedido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT). A homenagem destaca instituições e parceiros que contribuem para uma execução penal humanizada e para a reinserção social de pessoas privadas de liberdade.

[Clique aqui para saber mais!](#)



## DEFENSORIA PÚBLICA É HOMENAGEADA POR ATUAÇÃO EM PROJETO DE RESSOCIALIZAÇÃO

A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPEMT) recebeu o Prêmio Dimas na quarta-feira (19/11), em uma cerimônia realizada no auditório da sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá.

Em sua terceira edição, a premiação reconheceu o trabalho da DPEMT no projeto Reconstruindo Sonhos - programa desenvolvido dentro das unidades prisionais pela Defensoria Pública, Ministério Público Estadual (MPMT), Poder Judiciário e outros parceiros, visando reduzir a reincidência criminal e promover a reinserção social dos reeducandos.

[Clique aqui para saber mais!](#)



# PROGRAMA SEMEAR

SISTEMA ESTADUAL DE MÉTODOS PARA EXECUÇÃO PENAL E ADAPTAÇÃO SOCIAL DO RECUPERANDO

## Programa SEMEAR em São Paulo

Há uma década, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Administração Penitenciária de São Paulo e o Instituto Ação Pela Paz uniram forças e visões para estruturar um sistema capaz de impactar na redução da reincidência criminal, criando assim o Programa SEMEAR.



Entre 2014 e o mês de julho 2024, o SEMEAR recebeu investimento financeiro total de R\$ 7.245.475,19 para realizar 775 projetos, sendo atendidas 30.188 pessoas privadas de liberdade, em 159 unidades prisionais, e 5.697 pessoas egressas. Com objetivo de compreender quais iniciativas mais impactam na recuperação moral e social do público atendido, foram realizadas cinco aferições da reincidência criminal.

O resultado é que 84,49% dos participantes dos projetos não retornam ao sistema prisional por cometimento de novo crime até o fechamento do último levantamento (abril/24). O cuidado em mapear os resultados intermediários, como a redução das faltas disciplinares e a reincidência criminal, tem gerado evidências de que o SEMEAR é um modelo de gestão prisional voltado para resultados.



## Programa SEMEAR em Mato Grosso

Tendo a experiência paulista como balizadora, o programa surge em Mato Grosso como uma política estadual interinstitucional para acompanhar o desempenho das iniciativas existentes no sistema prisional mato-grossense, com foco na atuação em rede, resultados e produção de conhecimento sobre a execução penal estadual.

**Termo de Cooperação Técnica nº 32/2024 assinado em 17/12/2024 entre TJMT, MPMT, DPMT, Governo do Estado e Instituto Ação Pela Paz.**



## O CHAMADO PARA O AMANHÃ

POR AMANDA AMORIM

Ainda quando estava na oitava série (nono ano, hoje em dia), já na ânsia de entrar no ensino médio pensando no vestibular, comecei a me questionar se queria cursar Direito ou Biomedicina. Queria atuar em algo que tivesse a ver com a área criminal, até mesmo pensando em ser perita, mas sem muita certeza de qual seria meu chamado.

Até que então eu, que lia somente por obrigação escolar (e ainda pulava páginas), tive contato com o primeiro livro "de adulto" que consegui ler até o final e com empolgação: "Capitães de Areia", de Jorge Amado. Enquanto lia, sentia algo diferente dentro de mim, uma identificação e empatia com cada um dos personagens.

Naqueles meninos marginalizados eu encontrava amigos de infância, vizinhos que conhecia desde a mais tenra idade, morando num bairro de conjuntos habitacionais (o Cohab Nova), onde tinha vivência com diferentes classes sociais e realidades. Foi aí que pude ouvir e sentir: ali estava o meu chamado.

Escolhi o curso de Psicologia acreditando que poderia estudar melhor as causas da criminalidade e contribuir intimamente com aqueles amigos à margem da sociedade. Desde meu primeiro dia de faculdade, já tinha claro que a psicologia jurídica era meu grande objetivo.

Foi em meio a esse cenário que pude reencontrar uma amiga, a Silvinha, que me estendeu a mão e me ofereceu uma oportunidade de me juntar a outras pessoas com ideais parecidos com os meus. Elas estavam iniciando um grupo para levar o método desenvolvido pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) para o Mato Grosso.

Nesse grupo conheci uma mulher, a meu ver muito elegante, confiante de suas convicções e extremamente respeitada naquele meio. Nasceu uma secreta inspiração: mal sabia quem ela era, mas já sentia aquela voz lá no fundo, como se fosse o chamado novamente.

Nesse meio tempo, um amigo de infância que cresceu comigo, infelizmente envolvido nos caminhos da criminalidade, faleceu num confronto com a polícia. Foi um acontecimento marcante e muito significativo para mim. Eu precisava continuar para que esse cenário não se repetisse com outros amigos, com outras famílias.



**No momento, estamos trabalhando para que o Programa SEMEAR floresça em Mato Grosso. Já temos uma unidade-piloto e estou, também, envolvida nesse processo. Em 2025, assumi como Diretora-Presidente da APAC Cuiabá, ainda em processo de implantação.**

Os desafios nessa seara são inúmeros e constantes. Mas, tendo os parceiros certos para enfrentá-los, vamos motivando uns aos outros, sempre com o olhar atento aos invisíveis: às pessoas privadas de liberdade e aos inúmeros chamados que recebemos.

[Clique aqui para saber mais!](#)



## UM CAMINHO PARA A REINTEGRAÇÃO E A SEGURANÇA

POR EDUARDO CASAROTTO

Todas as vezes que olho para o sistema prisional, sinto um choque dentro de mim: de um lado, o medo legítimo da sociedade pela segurança; do outro, a esperança de que cada ser humano possa encontrar uma chance real de recomeço. Por muito tempo, nos fizeram acreditar que esses dois caminhos eram incompatíveis. Mas eu aprendi – e vivi – que não só podem andar juntos, como precisam caminhar lado a lado. É isso que chamo de Humanização 2.0.

Acredito profundamente que a segurança verdadeira só existe quando a reintegração acontece de fato. E que só há reintegração quando a vida dentro dos muros é vista, desde o princípio, como espaço de crescimento, dignidade e transformação.

Desde Taylor e Ford, fomos ensinados, na história da administração, a olhar para as pessoas como peças de uma engrenagem. E sim, isso fez o mundo produzir mais rápido. Mas a que custo? Elton Mayo, com as Experiências de Hawthorne, nos mostrou que o ser humano não se move apenas por salários ou ordens — ele floresce quando sente que importa, que é visto, que tem valor.

Essa constatação ecoa na Virtologia, que nos lembra que uma das necessidades mais primitivas do ser humano é justamente ser reconhecido. Não há produtividade verdadeira onde não há respeito, não há saúde mental onde o ambiente sufoca. É por isso que tantas vezes o sistema é insuficiente: podemos oferecer programas de apoio, mas, se o contexto continua desumanizado, o ciclo de dor se repete – em forma de burnout, depressão, violência e descrença.

A Humanização 2.0 não é uma ideia abstrata. É um chamado para resgatar a dignidade em cada detalhe do sistema prisional. É entender que o cárcere não deve ser só contenção, mas também um lugar de reeducação, de reconstrução.

E para isso, sigo cinco filtros que guiam o meu olhar: é virtuoso quando significa tratar com respeito, firmeza e brandura; é sistêmico quando a humanização não pode ser um gesto isolado e precisa estar em todo o processo; é 360° quando o cuidado deve abraçar a todos — reeducandos, policiais, servidores, famílias e comunidade; e é flexível quando cada pessoa tem sua história, sua dor e seu ritmo. É Corresponsável? – Ninguém se transforma sozinho. A reintegração é uma construção coletiva.



Virtologia: restaurando vidas, cultivando virtudes

Quando alguém chega ao sistema prisional, carrega não apenas erros, mas também ausências — de afeto, de oportunidades, de virtudes. Muitos chamam isso de “falhas de caráter”. Eu prefiro chamar de lacunas que a vida deixou abertas.

[Clique aqui para saber mais!](#)

# LÓTUS: PROMOVENDO SAÚDE E BEM-ESTAR



O Centro de Apoio Operacional da Execução Penal, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) e o Instituto Ação pela Paz, está desenvolvendo o projeto "Profissionais do Sistema Penitenciário – Promovendo Saúde Mental e Bem-Estar".

A iniciativa tem como foco a valorização e o cuidado com a saúde mental dos servidores das unidades prisionais do Estado, reconhecendo a complexidade e os desafios inerentes ao ambiente carcerário.

O projeto se fundamenta na filosofia da cooperação e do trabalho em equipe, valores indispensáveis no contexto do sistema penitenciário, onde o apoio mútuo e a solidariedade são essenciais para o bom desempenho das atividades. Ao promover a união de esforços e a partilha de responsabilidades, busca-se reforçar a capacidade coletiva de enfrentar situações adversas que, isoladamente, seriam mais difíceis de superar.

Além disso, a proposta destaca a importância de reconhecer e valorizar a contribuição de cada profissional, promovendo um ambiente de pertencimento, respeito e parceria. O cuidado com a saúde mental é um dos pilares centrais da iniciativa, que propõe a criação de espaços institucionais que incentivem o diálogo aberto sobre estresse, trauma e sofrimento psíquico, bem como o acesso efetivo a serviços especializados. Ao fortalecer a coesão entre os profissionais e investir no bem-estar individual e coletivo, o projeto visa contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável, humanizado e resiliente.

## Objetivo do projeto

O presente projeto tem por objetivo envolver os profissionais da área da segurança pública do Estado de Mato Grosso, em especial os Profissionais do Sistema Penitenciário, para desenvolver ações que promovam e conscientizem a importância da saúde mental e bem-estar dos servidores, visando a melhoria das relações interpessoais no trabalho, na família e na sociedade.

## Possíveis Temas dos Encontros:

1. Família, Trabalho e Bem-Estar
2. Comunicação e Resolução de Conflitos
3. Valorização e Dignidade no Trabalho
4. Espiritualidade e Propósito
5. Saúde Mental e Autocuidado
6. Liderança e Trabalho em Equipe
7. Mulheres na Segurança Pública
8. Planejamento Financeiro e Aposentadoria
9. Perspectivas de Futuro e Planejamento de Vida
10. Missão de Vida e encerramento



## PROJETO LÓTUS AVANÇA EM FASE INICIAL COM ENCONTROS E CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE CONTEÚDOS

O Projeto Lótus, em desenvolvimento pelo Centro de Apoio da Execução Penal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça (SEJUS), Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Instituto Ação Pela Paz e Nova Acrópole Mato Grosso, vem demonstrando progressos significativos.

Já foram realizados diversos encontros virtuais ao longo de 2025 com os parceiros envolvidos. O projeto permanece em desenvolvimento, com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2026.

A iniciativa tem como foco a valorização e o cuidado com a saúde mental dos servidores das unidades prisionais do Estado de Mato Grosso, reconhecendo a complexidade e os desafios inerentes ao ambiente carcerário.



# 07. Planejamento Estratégico

## Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC

### → O que é a APAC?

A APAC é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Ela ainda opera como entidade auxiliar do poder Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade.



O objetivo da APAC é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar.

O trabalho da APAC dispõe de um método de valorização humana, com o objetivo de oferecer ao condenado condições de recuperar-se, buscando em perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, o socorro às vítimas a promoção da justiça restaurativa.

### → Método APAC

A APAC é composta de 12 elementos:

1. Participação da Comunidade;
2. Recuperando ajudando Recuperando;
3. Trabalho;
4. Espiritualidade;
5. Assistência jurídica;
6. Assistência à saúde;
7. Valorização Humana;
8. Família;
9. O Voluntário e o curso para sua formação;
10. Centro de Reintegração Social – CRS;
11. Mérito;
12. Jornada de Libertação com Cristo.





## ESTADO PODE CONTER AVANÇO DO CRIME NAS UNIDADES PRISIONAIS

"As organizações criminosas dentro do sistema prisional só perderão força com o fortalecimento de políticas públicas que possibilitem ao Estado reassumir o controle sobre as unidades prisionais. É necessário garantir o acesso à Justiça e à Defensoria Pública nas unidades prisionais, investir em políticas de reintegração de egressos, promover a manutenção de laços familiares. É preciso pensar para além", alertou o defensor público Bruno Shimizu, da Defensoria Pública de São Paulo, durante a sua palestra 'As organizações criminosas no Sistema Prisional. Quais são as medidas de gestão?', no 6º Encontro do Sistema de Justiça Criminal de Mato Grosso.

O Painel, que fechou a programação na quinta-feira (30/10), no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), levantou questionamentos sobre as razões que promovem o crescimento das facções dentro do sistema prisional em todo o país e quais as formas de administrar e combater essa situação.

O secretário de Justiça de Mato Grosso, delegado Vitor Hugo Bruzulato Teixeira, presidente da mesa de debates, citou que as organizações criminosas nasceram dentro do sistema prisional por omissão do Estado.

"Foi pela falta do Estado que as facções começaram, agora temos que trabalhar para mudar essa realidade. Temos muito a evoluir, mas estamos trabalhando, e é com diálogo e respeito que vamos evoluir".

**O método de trabalho da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) foi lembrado pela procuradora de Justiça Josane Fátima de Carvalho Guariente, do Ministério Público de Mato Grosso, como um exemplo que pode ser referência quando se pensa em formas de trabalhar com a população privada de liberdade.**



**"Trabalhar o ser humano de forma integral, pensar na socialização, na inserção dessas pessoas na sociedade. Não basta estudo e trabalho. Aqueles que vivem no sistema prisional não devem ser tratados como vítimas, mas é inquestionável a necessidade de que sejam oferecidas condições para recuperação", destacou a procuradora de Justiça, Josane Guariente, como debatedora do Painel.**

[Clique aqui para saber mais!](#)

## MULHERES EM RECOMEÇO: FBAC REALIZA ENCONTRO NACIONAL DAS APACS FEMININAS 2025

Começou no dia 21 de outubro, na APAC de Frutal (MG), o Encontro Nacional das APACs Femininas, promovido pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC. O evento, que se estendeu até o dia 23 de outubro, reuniu recuperandas, colaboradores de APACs femininas de todo o Brasil e diversas autoridades para tratar de sororidade, cuidado especializado com mulheres, empoderamento feminino e incentivo ao protagonismo na história de vida das recuperandas.

[Clique aqui para saber mais!](#)

## MPMT REFORÇA PROTAGONISMO NO FOMENTO AO MÉTODO APAC EM MATO GROSSO

O Ministério Públíco de Mato Grosso (MPMT) tem atuado de forma decisiva no fomento ao método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) no estado, uma alternativa inovadora ao sistema prisional tradicional que prioriza dignidade, disciplina e esperança na execução da pena.

Desde 2020, o MPMT promove ações estratégicas como audiências públicas, visitas técnicas a unidades em Minas Gerais e articulação com diversas instituições para viabilizar a metodologia. Em dezembro de 2024, foi aprovado o marco legal para implantação das APACs em Mato Grosso (Lei 12.773).

[Clique aqui para saber mais!](#)

## SEMINÁRIO REÚNE AUTORIDADES DO SISTEMA DE JUSTIÇA E PESQUISADORES EM PROL DA EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MÉTODO APAC

Na última sexta-feira, 14 de novembro, o Ministério Públíco de Minas Gerais (MPMG), em parceria com a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), reuniu em Belo Horizonte representantes do sistema de Justiça, especialistas e pesquisadores para colocar o Método APAC no centro do debate sobre a execução penal no Brasil. O seminário "Método APAC em foco: Diálogos Intersetoriais sobre avanços, desafios e perspectivas" reafirmou, de forma clara, o compromisso do Ministério Públíco com a expansão e a consolidação dessa política pública em Minas e no país.

[Clique aqui para saber mais!](#)



# *08. Informativos*

## **Superior Tribunal de Justiça**

### **Informativos 860/2025**

**Estado de desconformidade. Construção de casa de albergado. Medidas estruturantes. Imposição à Administração Pública. Possibilidade. Processo estrutural. Elaboração de plano dialógico para a solução do dano estrutural. Implementação gradual e escalonada. Necessidade de constante fiscalização e acompanhamento pelo Poder Judiciário.**

É possível impor à Administração Pública a obrigação de construir a Casa do Albergado, considerando alternativas menos onerosas e mais eficazes, devendo a decisão judicial ser baseada em normas concretas, consideradas as consequências práticas e alternativas possíveis, reconhecendo-se a necessidade de ser elaborado um plano dialógico para a solução do dano estrutural.

**REsp 2.148.895-PR, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 12/8/2025, DJEN 25/8/2025.**

### **Informativos 869/2025**

**Remição de pena. Prática de atividades laborais regulares. Interrupção por internação hospitalar. Tratamento oncológico. Doença grave incapacitante. Remição ficta. Possibilidade. Interpretação extensiva.**

É possível a remição ficta da pena quando o reeducando se encontra impossibilitado de exercício da remição pelo trabalho, por razões extraordinárias, decorrentes de grave estado de saúde, em razão de doença incapacitante.

**AgRg no HC 1.001.270-BA, Rel. Ministro Carlos Cini Marchionatti (Desembargador convocado do TJRS), Rel. para acórdão Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, por maioria, julgado em 21/10/2025.**

### **Informativos 871/2025**

**Remição de pena por estudo a distância. Requisitos. Necessidade de prévia integração do curso ao Projeto Político-Pedagógico - PPP da unidade ou do sistema prisional. Insuficiência do mero credenciamento da instituição junto ao Ministério da Educação - MEC. Imprescindibilidade da observância da comprovação de frequência e realização das atividades determinadas. Tema 1236/STJ.**

**REsp 2.085.556-MG, Rel. Ministro Og Fernandes, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 6/11/2025, DJEN 12/11/2025. (Tema 1236).**

**REsp 2.086.269-MG, Rel. Ministro Og Fernandes, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 6/11/2025, DJEN 12/11/2025 (Tema 1236).**

**REsp 2.087.212-MG, Rel. Ministro Og Fernandes, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 6/11/2025, DJEN 12/11/2025 (Tema 1236).**

[\*\*Conteúdo completo clique aqui!\*\*](#)



# *08. Informativos*

## Superior Tribunal Federal

**Edição 1193/2025**

- **Tráfico privilegiado não configura crime hediondo - PSV 125/DF**

**Relator: Ministro Presidente;** → Tese fixada: “O tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006) não configura crime hediondo, afastando-se a aplicação dos parâmetros mais rigorosos de progressão de regime e de livramento condicional”. (Pg. 8)

- **Súmula Vinculante 9: incompatibilidade com a LEP e cancelamento - PSV 60/DF e PSV 64/DF** **Relator: Ministro Presidente**  
→ A Súmula Vinculante 9 (SV 9) — que admite a perda integral dos dias remidos em caso de falta grave — é incompatível com a atual redação do artigo 127 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e deve ser cancelada diante da existência de precedente vinculante do STF sobre a matéria. (Pg. 9)





**MPMT**  
Ministério Pùblico  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

